

Imperativos do século XXI para a Amazônia mato-grossense: projetos hidrelétricos, impactos ambientais e étnicos

21st century imperatives for the Amazon in Mato Grosso: hydroelectric projects, environmental and ethnic impacts

Saulo Augusto de Moraes
Universidade do Estado de Mato Grosso
Juara – Brasil

Marcelo Manhuari Munduruku
Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Juína – Brasil

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira
Universidade do Estado de Mato Grosso
Juara – Brasil

Resumo

A Amazônia mato-grossense enfrenta desafios críticos no século XXI, marcados por conflitos entre expansão capitalista, degradação ambiental e violações étnicas. Este estudo, baseado em pesquisa etnográfica (2019-2023), analisa impactos hidrelétricos e do agronegócio, evidenciando a perpetuação de lógicas coloniais de exploração (Quijano, 2005) que mercantilizam recursos naturais e territórios tradicionais indígenas. A análise revela como políticas de agenda economicista e a conivência estatal intensificam desigualdades, subalternizando povos indígenas (Spivak, 2010) e alterando irreversivelmente ecossistemas fluviais vinculados a cosmologias ancestrais (Barth, 1998 in: Poutignat.; Streiff-Fenart, 1998). A região, historicamente submetida a ciclos extrativistas, enfrenta agora a fragmentação de corredores ecológicos, a destruição de patrimônios arqueológicos e a ameaça das hidrelétricas.

Palavras-chave: Impactos ambientais e étnicos; Povos Indígenas; Amazônia mato-grossense.

Abstract

The Amazon region of Mato Grosso faces critical challenges in the 21st century, marked by conflicts between capitalist expansion, environmental degradation, and ethnic violations. This study, based on ethnographic research (2019-2023), analyzes the impacts of hydroelectric and agribusiness, highlighting the perpetuation of colonial logics of exploitation (Quijano, 2005) that commodify natural resources and traditional indigenous territories. The analysis reveals how economicist policies and state connivance intensify inequalities, subalternizing indigenous peoples (Spivak, 2010) and irreversibly altering river ecosystems linked to ancestral cosmologies (Barth, 1998 in: Poutignat.; Streiff-Fenart, 1998). The region, historically subjected to extractive cycles, now faces the fragmentation of ecological corridors, the destruction of archaeological heritage, and the threat of hydroelectric dams.

Keywords: Environmental and ethnic impacts; Indigenous Peoples; Mato Grosso Amazon.

Considerações iniciais

A Amazônia brasileira, reconhecida como um dos mais complexos sistemas socioecológicos do planeta, epicentro global de biodiversidade e diversidade cultural, enfrenta no século XXI desafios profundamente enraizados em paradigmas coloniais de exploração. Enquanto discursos globais destacam sua relevância para o equilíbrio climático e a conservação da biodiversidade, dinâmicas locais revelam conflitos entre modelos de desenvolvimento extrativistas e a sobrevivência de povos indígenas e ecossistemas. Nesse contexto, a Amazônia mato-grossense emerge como um microcosmo crítico, sintetizando tensões entre a expansão capitalista, a integridade ambiental e a resistência étnica. Caracterizada por Guimarães Neto (2003) como parte de “múltiplas Amazônias”, essa região reflete heterogeneidades históricas e espaciais, marcadas por ciclos de exploração – da borracha ao agronegócio – que perpetuam lógicas de acumulação predatória (Moraes, 2022).

No cerne dessas tensões, projetos hidrelétricos e a fronteira agrícola intensiva em capital e tecnologia reatualizam mecanismos de colonialidade do poder (Quijano, 2005), subordinando territórios tradicionais indígenas e recursos naturais a interesses corporativos. Projetos como o “Complexo Hidrelétrico Juruena” e “Usina Hidrelétrica Castanheira”, enquadrados em narrativas de “progresso” e “democratização energética”, ilustram como a mercantilização da água e da biodiversidade reforça desigualdades socioambientais (Leff, 2008). Tais empreendimentos, legitimados por um Estado cúmplice de agendas neoliberais, não apenas alteram ecossistemas fluviais, mas também desestruturam cosmologias indígenas vinculadas a rios sagrados (Barth, 1998 *in*: Poutignat.; Streiff-Fenart, 1998), como evidenciam os povos indígenas Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi e Munduruku.

Este artigo examina os impactos ambientais e étnicos desses projetos na Amazônia mato-grossense, questionando como políticas energéticas e agrícolas reproduzem violências históricas. Baseado em pesquisa etnográfica conduzida entre 2016 e 2023, o estudo adota uma perspectiva decolonial (Mignolo, 2020) para analisar estratégias de resistência indígena e contradições inerentes ao discurso de “sustentabilidade”. Metodologicamente, integra diálogos com lideranças indígenas, análise crítica de documentos e observação participante, priorizando vozes marginalizadas e desconstruindo narrativas hegemônicas.

Contextualização crítica

A Amazônia mato-grossense é um espaço inventado, planejado e transformado por processos de colonização em diferentes períodos da história brasileira. Sua parte noroeste, entretanto, foi colonizada por iniciativas privadas recentes (Guimarães Neto, 2003; Oliveira, 2016; Joanoni Neto, 2007; Joanoni Neto; Guimarães Neto, 2017), mais especificamente a partir da década de 1950 (Sant'ana, 2009; Meyer, 2015; Moraes, 2022), naquela que ficou denominada “Marcha para o Noroeste” (Moraes, 2022), promovida no último governo Vargas, uma vertente da política de ocupação que se concentrou no desenvolvimento de áreas no noroeste de Mato Grosso, uma sub-região da política “Marcha para o Oeste”. Essa colonização privada recente – apesar de ser um aspecto da colonização interna (González Casanova, 2007) – ocorre a partir do paradigma desenvolvimentista, pois nesse período essa região passa a ser vista a partir do seu potencial econômico, sendo sujeita, desde então, a processos sistemáticos de mercadorização (Fialho; Trevisan, 2019).

Neste espaço geo-histórico regional, diferentes povos indígenas produziram suas sociedades, material e étnica, em equilíbrio com a natureza, na dependência dos rios e de forma sustentável, durante milênios (Vialou, 2005). Com o advento da colonização privada recente, a região passa a ser atravessada por invasões territoriais para a exploração econômica – desde a lavra garimpeira e retirada do látex dos seringais nativos de forma precária, até a exploração madeireira em escala industrial, grandes mineradoras e o agronegócio intensivo, que chega com a nova fronteira agrícola (Santos, 2006).

Com as crescentes demandas por energia elétrica, engendradas nos grandes centros urbanos para atender à agenda do capital nas grandes corporações, bem como para produzir lucros a grupos de investidores no mercado de exploração energética dos recursos hídricos – pois “a energia hidrelétrica é tão lucrativa no Brasil que mesmo na recessão econômica a disputa pelos empreendimentos não cessa” (Conselho Indigenista Missionário, Revista Porantim, Junior, 2016, p. 01 – entrevista) – agentes político-partidários buscam facilitar a construção de novas usinas hidrelétricas para responder a essas demandas fabricadas. A narrativa é velha: mais energia elétrica, para mais desenvolvimento e produção de riquezas. Contudo, apesar do aumento da concentração de renda até 2018 (IBGE, 2018) e diminuição acentuada da taxa de natalidade (IBGE, 2022), esse desenvolvimento e as riquezas produzidas não chegam, de fato, aos grupos sociais mais vulneráveis – nem há o barateamento no

consumo de energia elétrica da população em geral. Também as políticas energéticas não têm alcançado a grande parte das populações indígenas contatadas (como no caso do Parque Indígena Xingu/MT, onde a energia elétrica é praticamente inexistente – vivência pessoal dos autores). Assim, é contraditório que a Amazônia mato-grossense se torne o centro de interesses para a construção de novas usinas hidrelétricas na contemporaneidade sob o discurso da produção de riqueza nacional e democratização energética.

Na região noroeste mato-grossense – banhada pela sub-bacia dos rios Juruena-Arinos, a qual se insere “na bacia hidrográfica do rio Tapajós, que por sua vez, faz parte da Região Hidrográfica Amazônica, predominante no estado de Mato Grosso” (Nogueira *et al.*, 2014, p. 3) – a conjuntura capital/políticas legislativas – que não se formou agora, mas que é resultado de um longo processo de interesses desenvolvimentistas – busca “justificar” que os rios da região “[...] não são navegáveis [...]” (Araújo *et al.*, 2018 p. 02) por possuírem “muitas pedras e formação de cachoeiras” (Araújo *et al.*, 2018, p. 02), o que os tornariam viáveis, pelo baixo custo, para usos hidrelétricos. É importante observar, entretanto, que estes rios não são navegáveis por grandes embarcações de interesse desenvolvimentista/economicista, porém, são historicamente navegados por populações indígenas, como apontam os registros de Antônio José de Carvalho Chaves, a partir de 1819 (Mourão, 2008), de Hercule Florence, a partir de 1828 (Moura, 1984), de José da Silva Guimarães, por volta de 1844 (Stuchi, 2010), de Dornstauder (Dornstauder, 1975) a partir de 1955, entre outros, além de habitarem suas margens. Vale destacar ainda que o processo de colonização privada recente dessa região amazônica se deu pelas hidrovias desses rios (Meyer, 2015).

O complexo patrimônio arqueológico regional (Moraes; Stuchi; Araújo, 2024; Hirooka; Hoeltz, 2018; Schwengber, 2017; Migliacio, 2017; Grünberg, 2004; Rangel, 1987) – hoje sob risco – presente nas extensões desses rios, demonstra que “o Tapajós e seus afluentes banham uma área antropizada há milhares de anos”, (Rocha; Honorato de Oliveira, 2016, p. 396). É nesse sentido que as construções hidrelétricas não impactam apenas o ambiente natural dos rios, mas impactam, sobretudo, o patrimônio cultural (Chuva, 2012) Amazônico e a sociodiversidade indígena ligada a esses rios, alterando compulsoriamente elementos de fronteira étnica (Barth, 1998).

A relação entre projetos de desenvolvimento nacional e a marginalização de populações tradicionais configura um eixo estruturante na história brasileira, conforme

evidenciado pela “Marcha para o Oeste”, sob Getúlio Vargas, que promoveu, coercitivamente, a ocupação econômica do interior do país, consolidando um modelo de exploração que ancora iniciativas legislativas contemporâneas, como a tese do Marco Temporal (Portela, Júnior & Silva, 2024) e o PLC 17/2020 (MT), as quais impactam diretamente territórios indígenas. Essa dinâmica histórica opera por meio de uma lógica persistente de subalternização (Spivak, 2010), articulada a uma governamentalidade colonial (Mbembe, 2016; Quijano, 2005), que não se restringe à expropriação material, mas abrange a deslegitimação de saberes tradicionais – epistemicídio – e a exclusão política desses grupos de processos decisórios sobre megaprojetos que afetam seus modos de vida. Tais políticas, alinhadas a interesses econômicos privados, podem ser caracterizadas como necropolíticas (Mbembe, 2016), pois priorizam acumulação capitalista em detrimento de direitos humanos e ambientais. Contudo, essa necropolítica enfrenta resistências, com povos indígenas contestando não apenas a invasão de territórios tradicionais, mas reivindicando o reconhecimento de suas ontologias e alternativas ao desenvolvimentismo predatório, tensionando estruturas hegemônicas e reafirmando agência política frente a projetos colonialmente arraigados.

Horizonte metodológico

Este artigo parte de uma perspectiva decolonial (Quijano, 2005; Mignolo, 2020) e prática etnográfica crítica, articulando-se como pesquisa qualitativa socialmente engajada – pois partimos do princípio que a ciência deve cumprir função sociopolítica. Priorizamos a centralidade das vozes indígenas e a crítica às estruturas de poder que perpetuam a colonialidade. A abordagem etnográfica, ancorada na imersão prolongada em contextos indígenas e de lutas multitransversais, permitiu capturar as complexidades das relações entre território, identidade e conflitos ambientais, enquanto a decolonialidade orientou a desconstrução de narrativas hegemônicas.

Foram ouvidas, diretamente, seis lideranças indígenas dos povos Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi e Munduruku, selecionadas por suas atuações constantes na defesa territorial e dos modos de vida tradicional baseados nos saberes tradicionais que se vinculam aos rios. Outros participantes indígenas foram ouvidos de maneira espontânea no transcorrer do processo de produção de enfrentamento contra empreendimentos hidrelétricos em Juara–MT, nos anos de 2016 e 2019, quando estes sujeitos impuseram participação ativa em reuniões e debates

públicos, como na Prefeitura e Câmara municipais de Juara; nas comunidades “Pedreira” e “Palmital”; nas assembleias comunitárias intra-aldeias; na Universidade do Estado de Mato Grosso e Museu do Vale do Arinos (Juara-MT). Em todo esse processo, os autores tiveram participação ativa, de onde coletaram evidências empíricas, no contato direto com os acontecimentos. Em 2023 ocorreu o processo de sistematização de dados produzidos e análise crítica.

A análise documental se concentrou em relatórios, licenças, estudos de impacto, documentos legislativos e corporativos disponíveis *on-line*, examinados à luz da teoria decolonial, onde se buscou identificar lacunas no reconhecimento de direitos indígenas. Já os documentos e registros produzidos no processo de luta e pesquisa, foram doados à UNEMAT e ao Museu do Vale do Arinos (Juara-MT).

Nas aldeias, os diálogos abordaram cosmologias fluviais, impactos percebidos dos empreendimentos do capital e estratégias de resistência. Essa observação participante, registrada em caderno de campo, acumulou cerca de 120 horas, seguindo protocolos éticos comunitários.

Todos os dados foram analisados mediante triangulação, cruzando narrativas orais, observações e documentos, identificando contradições entre discursos oficiais e experiências locais. Esta metodologia, ao integrar decolonialidade e etnografia engajada, não somente desvelou impactos materiais, mas revelou como os rios constituem lugares de memória e resistência ontológica.

Imperativos do século XXI

A colonização privada recente da Amazônia mato-grossense, no contexto da cosmologia não indígena do “desenvolvimento” (Carneiro da Cunha, 2009), até meados da última década do século XX reocupou, violentamente, com assentamentos urbanos e rurais, territórios tradicionalmente indígenas. Durante este processo, os povos indígenas regionais eram vistos como sub-humanos que deveriam ou ser assimilados, ou extintos (Moraes, 2022). Nesse contexto, são emblemáticos os casos dos Apiaká (Tempesta, 2009) e Tapayuna (Lima, 2012), levados violentamente à quase extinção e, no caso Rikbaktsa, assassinatos, mortes por doenças não indígenas e sequestros (Moraes, 2022; Pacini, 1999; Dornstauder, 1975) até a rendição, após a “guerra Rikbaktsa” (Dornstauder, 1975). Este tipo violento de reocupação territorial pode ser compreendido como um dos resultados da modernidade ocidental

(Dussel, 1993) que racializou os povos da América *Abya Yala* (Quijano, 2005), colonizando o ser (Mignolo, 2020), culminando num sistemático processo de escravização oficial até o século XIX e subsequente servidão e assimilação das populações indígenas no transcorrer do século XX. Apesar dos marcos legais e acordos internacionais de reconhecimento de direitos indígenas, produzidos a partir de 1973 (Estatuto do Índio), na prática, esses povos seguem subalternizados (Spivak, 2010), um estigma que alcança seus patrimônios históricos e culturais no presente – mas não seus territórios físicos.

O capital, na sua forma contemporânea, é multifacetado. Nesse sentido, cria estratégias para a continuação da expropriação de territórios tradicionalmente indígenas. Essas estratégias ganham formas nos bastidores da necropolítica, em especial nos governos e nas legislações ultraliberais (democracia rebaixada) – como foi o caso do governo Bolsonaro – que, em geral, visam atender setores do grande agronegócio, mineradoras, indústrias e usinas hidrelétricas – setores privilegiados que se beneficiam, também, de desonerações tributárias e incentivos fiscais.

Na contemporaneidade, os territórios tradicionais indígenas da região passam por um processo de cercamento destrutivo pelos modos de produção predatória do agronegócio, com forte mecanização da terra (destruindo sítios arqueológicos), aumento exponencial de derrubadas e queimadas, alterando o regime de chuvas e o clima, contaminação de lençóis freáticos com resíduos tóxicos decorrentes do cultivo intensivo de monoculturas e outras formas nocivas. Porém, as ameaças mais importantes deste início de século para a Amazônia mato-grossense, na sua porção noroeste, são, sem dúvida, o complexo hidrelétrico de alto impacto previsto para a bacia do Juruena – com enorme impacto para o rio Juruena e seus afluentes – e os projetos localizados de barragem para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Castanheira; Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Estrela de Fogo e Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Batelão, com impactos para o rio Arinos e rio dos Peixes (ou rio *Tatuy*, no idioma Kayabi, povo predominante neste rio).

No rio Apiacás, na região noroeste do estado, a UHE Salto Apiacás (Alta Floresta–MT/Juara–MT) se encontra em funcionamento desde novembro de 2016 – situação que levou ao empreendimento CGH Fazenda Modelo Ltda (Juara–MT), atualmente em funcionamento, com impactos para o rio Apiacazinho, seu afluente, e sobre o patrimônio arqueológico. No rio Teles Pires, na porção médio norte, imediatamente correlata à região noroeste, a UHE Sinop

(Sinop–MT) também se encontra em funcionamento, desde 2019. Estes empreendimentos mitigaram diálogos coletivos com populações tradicionais, fabricando documentos em velocidades espantosas, tomando de assalto os rios, negando a diversas populações tradicionais o usufruto sustentável. É incalculável a extensão dos danos ambientais, sociais e patrimoniais que estes empreendimentos provocaram.

Para o rio Arinos, está prevista a construção da UHE Castanheira (Brasil, 2017), já com etapas concluídas de estudos; e no rio dos Peixes a CGH Estrela de Fogo e a CGH Batelão, que se encontram em processo de documentação. Esses dois últimos empreendimentos localizados nas imediações da Terra Indígena Apiaká-Kayabi (Juara–MT).

Os empreendimentos hidrelétricos previstos para o município de Juara–MT vão impactar diretamente os meios ecológicos e culturais de vida dos povos indígenas Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi e Munduruku. Contudo, por modificar o regime hídrico, “passando de águas correntes a águas paradas, o que acaba por transformar todo o meio ambiente circunvizinho” (Paz, 2006, p. 32) vão atingir também comunidades de pequenos produtores rurais não indígenas, como as comunidades “Pedreira” e “Palmital” (Araújo *et al.*, 2018; Moraes & Ferreira, 2021).

Os projetos de empreendimentos hidrelétricos nesses rios, que compõe a gama de sistemas materiais e simbólicos de diversos povos, têm encontrado suporte nos ambientes institucionais em razão de serem demandas economicistas, historicamente prioritárias, por serem hegemônicas. A crise hídrica de 2021 – que impactou no preço das contas de energia elétrica – é o reflexo desse tipo de demanda fabricada a partir da exploração hídrica predatória para a produção de lucros a conglomerados multinacionais e grupos nacionais/internacionais de investidores. É importante observar que essa agenda também conta com o apoio de grande parte do conjunto do senso comum que vê nesses empreendimentos o “progresso” do país, impactando politicamente nas decisões de autorização de uso do solo, entre outras. Nesse contexto, o complexo hidrelétrico Juruena, a UHE Castanheira, a CGH Estrela de Fogo e CGH Batelão encontram segurança para se desenvolverem sem a preocupação efetiva de medidas indenizatórias, compensatórias, mitigatórias e de responsabilidade ambiental e social – especialmente para com o componente indígena.

As ameaças estruturais impulsionadas pela agenda economicista que prioriza projetos hidrelétricos e a expansão do agronegócio tecnificado, comprometendo ecossistemas, fragmentando cosmologias indígenas vinculadas aos rios, faz da Amazônia mato-grossense palco de uma crise multidimensional. O estado falha em garantir direitos constitucionais: políticas como o Marco Temporal e o PLC 17/2020 (MT) visam a legalização de invasões, enquanto licenciamentos ambientais flexibilizados ignoram consultas prévias e subestimam impactos.

Nesse cenário, resistências indígenas e alianças decoloniais emergem como contrapontos vitais, desafiando narrativas hegemônicas e reivindicando alternativas que integrem justiça ecológica, soberania territorial e o *bem viver* (Acosta, 2016), em defesa de futuros onde a pluralidade amazônica não seja sucateada.

O rio Juruena, elemento vital que esculpe a sub-bacia homônima, não apenas molda a paisagem física da região, mas também se entrelaça profundamente na cosmologia de diversos povos indígenas. Para os povos Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi, Munduruku, Paresi, Enawenê Nawê, Manoki, Nambikwara, Myky e Bakairi, o Juruena é sinônimo de ancestralidade, sagrado e fonte de vida, inspiração para mitos, rituais e práticas cotidianas que reforçam a identidade cultural e a conexão íntima com a natureza. Essa relação simboliza a interdependência entre o ser humano e o meio ambiente, onde o rio é visto como uma entidade que nutre e protege, sendo parte fundamental na transmissão de saberes ancestrais e para a manutenção do equilíbrio ecológico e espiritual.

O complexo hidrelétrico Juruena é, de longe, a mais importante ameaça às populações indígenas dependentes desse rio e seus afluentes, desde o contato. Segundo o Prof. Dorival Gonçalves Junior, engenheiro eletricista da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), em entrevista à Revista Porantin, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI):

Na bacia do Rio Juruena os cenários, tanto presente como futuro, são trágicos. O elevado número de projetos hidrelétricos já determina muitos impactos diretos aos povos indígenas, camponeses e pescadores que habitam esta bacia. Os principais rios a serem impactados são o rio Juruena, o rio Arinos e o rio dos Peixes (2016, p. 10).

No município de Juara–MT, o povo indígena Rikbaktsa da Terra Indígena “Japuira” tem o rio Juruena e o rio Arinos como elementos indissociáveis de sua etnicidade (Pacini, 1999; Dornstauder, 1975), assim como os povos indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku, da Terra

Imperativos do século XXI para a Amazônia mato-grossense: projetos hidrelétricos, impactos ambientais e étnicos

Indígena “Apiaká-Kayabi”, tem conexões cosmológicas com o rio Arinos e rio dos Peixes. Esses dois últimos, são os principais afluentes do rio Juruena, na porção noroeste mato-grossense, o que permitiu por séculos as relações interétnicas e mutuas influências etnoculturais entre diferentes grupos indígenas, pela excelente drenagem fluvial – onde as cachoeiras também eram “[...] entroncamentos de redes de contato” (Almeida, 2013, p. 354). Os impactos socioambientais que este complexo hidrelétrico provocará, são imensuráveis e históricos. O Prof. Dorival Gonçalves Junior explica, na mesma entrevista, que:

São 102 hidrelétricas propostas para a bacia do Tapajós, do qual o Juruena faz parte. Seis delas seriam diretamente no Juruena. Se construídas, afogariam o rio em mais de 600 km, provocando um novo comportamento em todo o seu curso, e transformando-o em um monte de caixas d’água (2016, p. 08).

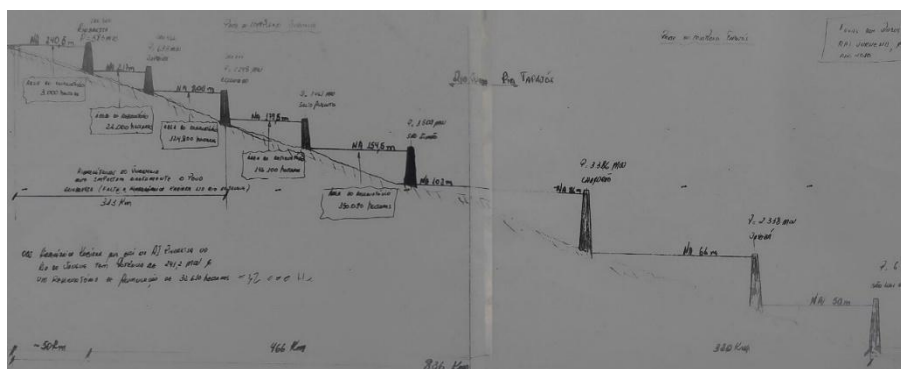
Na região do rio Arinos, onde a UHE Castanheira projeta se instalar, há ainda o agravante do impacto sobre o grupo indígena Tapayuna em isolamento voluntário (Racismo Ambiental, 2023). Todos esses povos indígenas habitaram, desde o pretérito, toda a região da sub-bacia dos rios Juruena-Arinos, assim como a sub-bacia do rio Teles Pires e sub-bacia do rio Aripuanã. Pesquisas realizadas acerca desses povos indígenas apontam para uma enorme extensão territorial e a cultura de ocupação, transitoriedade e reocupação de áreas devido às necessidades de plantio, manejo de recursos e alianças interétnicas. Com a drástica diminuição de territórios, após o período de colonização privada recente, há o aumento de conflitos, mortes e transformações étnicas compulsórias e ambientais.

Frente a esses imperativos, as populações indígenas têm buscado, cada uma à sua maneira, colaboração para a produção de enfrentamentos. Nessa região do Mato Grosso, instituições como a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Museu do Vale do Arinos – o qual é museu comunitário indígena Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi e Munduruku, e indigenista – se destacam. No âmbito da UNEMAT, que tem forte atuação indigenista na região, o Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal (LEAL) e o Grupo de Pesquisa Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes são mais diretamente envolvidos. Organizações não locais, como a Rede Juruena Vivo, Operação Amazônia Nativa (OPAN), Instituto Centro Vida (ICV) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dado a experiência acumulada, colaboram na organização local dos movimentos de luta. A isso,

somando-se o esforço de instituições e movimentos propriamente indígenas (associações indígenas, cooperativas indígenas, redes indígenas, entre outras), um esperar é possível – mesmo que pareça insuficiente frente ao poderio do capital na estrutura política do estado.

Em uma reunião com o povo indígena Rikbaktsa em 21/08/2016, o Prof. Dorival Gonçalves Junior ilustrou a proposta do complexo hidrelétrico Juruena, onde se pode perceber sua completa alteração para um sistema de “caixas d’água”. Esse sistema, visa, também, se expandir para outros rios das regiões noroeste e norte do estado – pois são onde se concentram os maiores rios do Mato Grosso.

Figura 01 – rio Juruena, sistema de caixas d’água.



Fonte: Imprensa ADUFMAT (2016).

Essa Região Hidrográfica é sobreposta por doze municípios mato-grossenses: Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Comodoro, Conquista d’Oeste, Juara, Juruena, Nova Lacerda, Juína, Castanheira, Campos de Júlio, Sapezal e Tangará da Serra, todos eles resultantes da colonização privada recente. Todos estão assentados sobre territórios tradicionais indígenas e sítios arqueológicos de culturas amazônicas milenares (Neves, 2006).

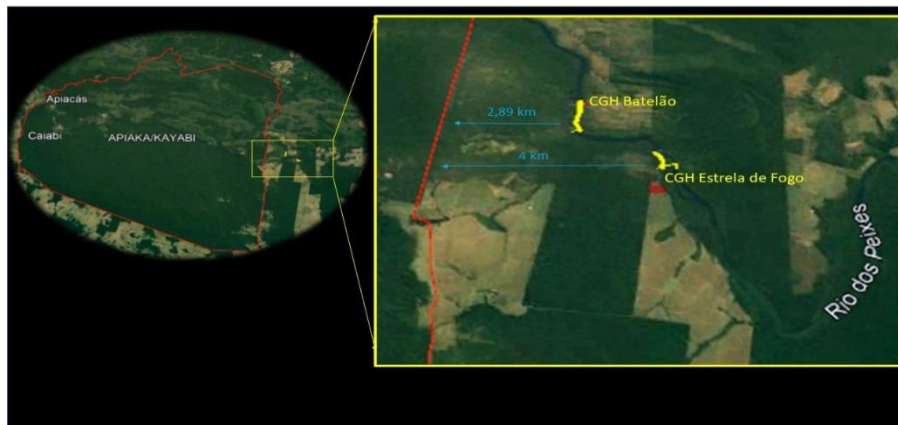
O rio Arinos, além de sua inegável relevância socioambiental, tem significativo valor histórico, além de ser tributário de diferentes significados e mitos para os povos indígenas – e para não indígenas também (como quando foi citado artisticamente pelo escritor Vitor Hugo em seu livro “Trabalhadores do Mar”, em 1866) – e compõe a historiografia regional. Sendo componente da memória social e da cosmologia de diversos povos, o rio Arinos sofre a iminência da drástica alteração artificial por empreendimento da agenda economicista. Esse empreendimento é, também, sua mais importante ameaça desde que citado pela primeira vez na literatura.

Segundo a Análise Custo-Benefício da Construção da Usina Hidrelétrica Castanheira realizada por Vilela; Gasparinetti (2018, p. 35), “do total de impactos ambientais identificados pelo estudo, todos são negativos”. Sobre o discurso desses empreendimentos hidrelétricos consoantes à sustentabilidade ambiental, Borchardt; Siena (2016, s/p) observa que são reduzidos “aos propósitos de instrumentalização tecnológica e econômica (Leff, 2008)”.

A gravidade dos impactos a serem gerados pela construção da referida UHE, mesmo sem considerar o componente social do município onde se insere – com o inchaço dos serviços públicos e o aumento da dinâmica do crime – é sem (ou tem muitos) precedentes. O impacto para as populações indígenas e seus patrimônios – historicamente produzidos em relação aos rios – é quase tão grave quanto o fenômeno da colonização.

O rio dos Peixes (chamado rio Tatuy ou Tatuê no idioma Kayabi), o mais importante afluente do rio Arinos, outro bem patrimonial indissociável da cosmologia indígena Apiaká, Kayabi e Munduruku, além da ameaça indireta da UHE Castanheira, passa sofrer a ameaça da alteração hídrica pelas CGHs Estrela de Fogo e Batelão que seguem, em seus processos de documentação, ignorando o componente indígena e o patrimônio material do município de Juara–MT.

Figura 02 – áreas de impactos das CGHs Batelão e Estrela de Fogo.



Fonte: Museu do Vale do Arinos (2022).

O patrimônio material do município de Juara–MT que nos referimos são o arqueológico (petróglifos, gravuras e pinturas rupestres, líticos lascados e polidos, sítios de produção lítica, cerâmicas) e o paleontológico (naturais fossilizados), patrimônio este que o Museu do Vale do Arinos tem responsabilidade depositária (Juara, 2020). Mas, segundo o Museu do Vale do Arinos – ouvido para este artigo – não houve, até o momento, qualquer

comunicação por parte desses empreendimentos ou por parte dos órgãos reguladores/fiscalizadores (nem por parte da prefeitura de Juara–MT).

A busca do capital pelo lucro, promovendo o desaparecimento desses patrimônios, é um desafio cada vez mais difícil de se fazer frente. O capital se utiliza dos instrumentos e espaços jurídicos disponíveis – criando novos, inclusive. Porém, uma forma de se produzir enfrentamento é, também, por meio de instrumentos e espaços jurídicos. Nesse sentido, as universidades públicas, as ONGs indigenistas e ambientalistas, as associações indígenas e os museus comunitários são exemplos de espaços jurídicos que podem ser estratégicos na produção de instrumentos contra-hegemônicos. A luta pela criação de leis e outros documentos legislativos que se alinhem a um desenvolvimento regional sustentável, é, também, fator relevante. O problema, neste caso, é que essas instituições – em muito – não dialogam entre si, nem encaminham lutas conjuntas e multidisciplinares (com poucas exceções). Em geral, cada uma vive sua própria bolha, com seus próprios projetos, ou até mesmo competindo entre si. Nestes termos, o capital tende a vencer.

Por diversas vezes, a busca do convencimento sobre a “importância” do referido empreendimento produziu espaços pensados para a fabricação de documentos corporativos, momentos em que os autores deste artigo estiveram presentes. Apesar de alguns estudos já consolidados apontarem a inviabilidade da UHE Castanheira, a busca por convencimento, nos bastidores, é uma constante – atitude comum da emergência capitalista aliada a interesses políticos dos setores hegemônicos da sociedade.

Considerações finais

O século XXI impõe à Amazônia mato-grossense, desafios complexos, marcados pela tensão entre modelos extrativistas de desenvolvimento e a urgência de preservação socioambiental. Este artigo evidenciou como projetos hidrelétricos e a expansão do agronegócio reproduzem lógicas coloniais de exploração, intensificando impactos ambientais e étnicos regionais. Os objetivos propostos neste estudo foram alcançados ao demonstrar que não se trata de meros empreendimentos, mas instrumentos de acumulação capitalista que perpetuam desigualdades históricas.

No tocante a violações étnicas, os rios Juruena, Arinos e Peixes não são apenas recursos hídricos, mas eixos cosmológicos para os povos indígenas. A inundação de

territórios sagrados e a destruição de sítios arqueológicos desestruturaram modos de vida, identidades e a transmissão de saberes ancestrais e ambientais.

A cumplicidade estatal com conglomerados transnacionais revela-se na flexibilização de licenciamentos e na narrativa fabricada de “sustentabilidade”. O discurso desenvolvimentista mascara a mercantilização da natureza e a concentração de lucros, ignorando demandas locais por justiça ambiental. Por seu turno, resistências e alternativas decoloniais se apresentam como estratégias de enfrentamento, emergindo como contrapontos essenciais.

Assim, a Amazônia mato-grossense, com sua “imensa sociobiodiversidade que clama por r-existência” (Précoma; Braun; Silva, 2021, p. 375), encarna um paradoxo: é simultaneamente alvo de espoliação e território de resistência. Este artigo reforça que a crise socioambiental regional não é acidental, mas estrutural, enraizada em modelos de desenvolvimento ancorados na colonialidade. A superação desse paradigma exige reimaginar o “progresso” a partir de perspectivas indígenas, que integram humanos e natureza em relações de reciprocidade. Como demonstrado, a luta contra hidrelétricas transcende a oposição local: é um imperativo ético e global, que interpela a academia, movimentos sociais, instituições e organizações a forjarem futuros decoloniais. A sobrevivência da Amazônia mato-grossense depende da capacidade de transformar utopias em práticas coletivas.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de. **A tradição polícroma no Alto Rio Madeira**. 2013. 650 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17072013-140140/publico/ALMEIDA2013RevisadaUnificada.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ARAÚJO, Aguinaldo Borges de; SANTANA, Mauricio Paz de; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. Reflexões sobre possíveis impactos socioambientais em Palmital e Pedreira com a construção da UHE Castanheira. **Revista de Comunicação Científica (RCC)**, Juara–MT/Brasil, v. 3, n. 1, p. 01-05, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/3089>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BORCHARDT, Marcos Aurélio.; SIENA, Osmar. Discurso Organizacional sobre Sustentabilidade no Contexto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. **Espacios**. Vol. 37, nº 32. 2016. p. 25. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n32/16373225.html>. Acesso em 02 dez. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **UHE Castanheira**, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico: **Nupcialidade, Fecundidade e Migração** — Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, p.1-349, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico: **Concentração de renda**. 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manuela Ligeti. *Cultura com aspas: e outros ensaios*. 1ª edição. São Paulo, SP: Cosac & Naify. 2009. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001802776>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Revista Porantim**, Brasília, v. XXXVII, n. 388, set. 2016. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Porantim-388_Set-2016.pdf. Acesso em: 08 dez. 2016.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia (org.). *História e Patrimônio*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, 2012, p. 147-165 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

DORNSTAUDER, João Evangelista. **Como pacifiquei os Rikbáktsa**. 1. ed. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisa (Pesquisas. História, nº 17), 1975.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. **Saberes ambientais**: olhares, vivências e educação na comunidade do Garcês – Cáceres–MT. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação- Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT. 2007. Disponível em: <https://earte.fe.unicamp.br/node/83158>. Acesso em: 28 set. 2023.

FIALHO, Átila Rezende; TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUR; UFRN, 2019. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/36908/3/EVENTO_OcuparColonizarUrbanizar.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. Tradução de Simone Rezende da Silva. 2007. p. 431-458. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História**. São Paulo, v. 27 (2003), p. 49-69, jul/dez. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10510>. Acesso em: 07 set. 2024.

GRÜNBERG, Georg. **Os Kaiabi do Brasil Central**: história e etnografia. São Paulo, SP: ISA, 2004.

HIROOKA, Suzana; HOELTZ, Sirlei. **Relatório Final de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na UHE Sinop, MT**. Archaeo Empresa de Pesquisas Arqueológicas Ltda, 2018.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença**. A colonização de Mato Grosso após 1970. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 144-156, 2017. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/112740/161470>. Acesso em: 14 jul. 2024.

JUARA, Mato Grosso. **Lei nº 2.874 de 16 de outubro de 2020**. Disponível em: <https://museudovaladoarinos.org.br/institucional/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIMA, Daniela Batista de. **“Vamos amansar um branco para pegar as coisas”**: elementos da etnohistória Kajkwakratxi-jê (Tapayuna). 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília: 2012.

MEYER, Henrique. **Porto dos Gaúchos**: Os primórdios da colonização da Gleba Arinos, na Amazônia brasileira. 1ª edição. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2015.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 11 set. 2024.

MIGLIACIO, Maria Clara. Pedra Preta de Paranaíta: arte rupestre na ocupação do Alto Tapajós, Amazônia Mato-grossense. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**. v. 17, n. 30, p. 173-201, jan./jun. 2017,. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1765>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: Colonialidade, sabers subalternos e pensamento liminar. 1ª edição rev. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: editora UFMG, 2020.

MORAES, Saulo Augusto de. **Práxis, tessituras e interculturalidade**: Um estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT. 2022.

MORAES, Saulo Augusto de.; ARRUDA, Renato Fonseca de.; FALCÃO, Jairo Luís Fleck.; KAYABI, Kawayp-Katu.; MUNDURUKU, Marcelo Manhuari.; MORIMÃ, Evanilson Crixí.; KAYABI, Dineva Maria.; LEITE, Francine Suélen Assis.; RANGEL, Márcio Ferreira. Bases de uma política municipal de patrimônio museológico na Amazônia Mato-grossense: a experiência do Museu do Vale do Arinos (MuVA) na musealização e gestão de referências culturais indígenas. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.16, n. 31, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/26758>. Acesso em: 13 set. 2024.

MORAES, Saulo Augusto de; FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara. Por uma Pedagogia da Luta: considerações a partir do Museu do Vale do Arinos. In: RELATOS DE EXPERIÊNCIA - SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU). p. 487-497, 2021. Cuiabá. **Anais**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021.

MORAES, Saulo Augusto de. STUCHI, Francisco Forte. ARAÚJO, Rosalia de Aguiar. Aproximações Etnoarqueológicas: Experiências com o povo indígena Kayabi do Vale do Arinos, Amazônia mato-grossense. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**. Cuiabá, v. 11 nº 25. p. 281-296, janeiro/abril, 2024. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/15982>. Acesso em: 09 jun. 2024.

MOURA, Carlos Francisco. **A Expedição Langsdorff em Mato Grosso**. 1ª Edição. Cuiabá: EdUFMT, 1984.

MOURÃO, Maria da Graça Menenizes. **História dos Apiacás**. 1ª Edição. São Paulo: Scortecci, 2008.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.

NOGUEIRA, Elisângela Nascimento; SILVA, Flávia de Amorim; SOUZA, Claudinéia Aguiar de; FIGUEIREDO, Sérgio Batista de. Avaliação da qualidade das águas da sub-bacia dos rio Juruena-Arinos, MT com aplicação do Índice de Qualidade de Água (IQANSF) para os anos de 2012 e 2013. **Anais do XII SIMPÓSIO DE RECURSOS HIDRÍCOS DO NORDESTE**. Natal-RN. 2014, p. 01.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica mato-grossense**: Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PACINI, Aloir. **PACIFICAR** – Relações Interétnicas e Territorialização dos Rikbaktsa. 1999. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Hidrelétricas e Terras indígenas na Amazônia: Desenvolvimento sustentável?** 2006. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências e Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

POUTIGNAT, Philippe.; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PORTELA, Roberto Campos.; JÚNIOR, Eumar Evangelista de Menezes.; SILVA, Sandro Dutra e. Marco temporal: o projeto político do agronegócio e a ameaça aos direitos dos povos indígenas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, nº 3, p. 1-22, 2024.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Hq8cYhN5CHt9q8YTJJMh6GM/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 17 nov. 2024.

PRÉCOMA, Adriele Fernanda Andrade; BRAUN, Adriano; SILVA, Liana Amin Lima da. Direito de existência e autodeterminação dos povos indígenas diante das ameaças do complexo de hidrelétricas na bacia do Juruena: O caso do projeto da Usina Castanheira. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v.9, n.18, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/12164>. Acesso em: 19 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. 2005. P. 117-142. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

RACISMO AMBIENTAL (Portal). **MPF recebe lideranças Tapayuna para esclarecer sobre processos que buscam demarcação do território indígena em MT**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2023/04/24/mpf-recebe-liderancas-tapayuna-para-esclarecer-sobre-processos-que-buscam-demarcacao-do-territorio-indigena-em-mt/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

RANGEL, Lúcia Helena. **Área Indígena Apiaká-Kayabi**. FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Relatório de Avaliação. (OS Ref. Relatório nº 324, 1986/1987). Outubro de 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-avaliacao-aea-idigena-apiaka-kayabi>. Acesso em 02 de jun. 2018.

ROCHA, Bruna Cigaran da; OLIVEIRA, Vinicius Honorato de. 2016. Floresta Virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós. In: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent H. TORRES, Mauricio (Org.). **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos ambientais e resistência na bacia do Tapajós**. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará. p. 395-416.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças multifacetadas**. Colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, Práticas Culturais e Memórias (1971-2008). 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT. 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. Edição, 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório mensal de monitoramento arqueológico nas áreas de influência aa CGH Fazenda Modelo, município de Juara – MT**. Documento interno da empresa Espaço serviços arqueológicos Ltda. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STUCHI, Francisco Forte. **A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)**. História indígena e etnoarqueologia. 2010. 303 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

TEMPESTA, Giovana Acacia. **Travessia e banzeiros: Historicidade e organização sociopolítica Apiaká**. 2009. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/4047/1/2009_GiovanaAcaciaTempesta.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

VIALOU, Agueda Vilhena (organizadora). **Pré-história do Mato Grosso**. Santa Elina: Editora da Universidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo, SP. 2005.

VILELA, Thaís & GASPARINETTI, Pedro. **Análise Custo-Benefício da Construção da Usina Hidrelétrica Castanheira**. Documento de trabalho. Conservação Estratégica. Maio de 2018. Disponível em: https://www.conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/PORT_Documento_de_Trabalho_UHE_Castanheira_CSF_Maio2018.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

Sobre os autores

Saulo Augusto de Moraes.

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP), bolsista CAPES. Mestre em Educação (UNEMAT/PPGEdu). Graduado em Pedagogia (UNEMAT). Docente junto à UNEMAT.

E-mail: saulo.augusto.moraes@unemat.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6659-1905>

Marcelo Manhuari Munduruku.

Indígena Munduruku. Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (UNEMAT/FAINDI/PPGecii), Graduado em Pedagogia Intercultural Indígena (UNEMAT/FAINDI). Coordenador da FUNAI, Regional Noroeste do Mato Grosso.

E-mail: manhumdk@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0009-0974-7358>

Imperativos do século XXI para a Amazônia mato-grossense: projetos hidrelétricos, impactos ambientais e étnicos

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira.

Doutora em Educação (UFRGS). Mestre em Educação (UFMT). Gradua em Pedagogia e em Ciências Biológicas (UNEMAT). Docente junto à UNEMAT. Coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (UNEMAT/PPGecii).

E-mail: waldineiaferreira@unemat.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5949-7590>

Recebido em: 27/02/2025

Aceito para publicação em: 03/11/2025